

**--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM,
REALIZADA NO DIA VINTE SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E SEIS. -----**

--- Aos vinte e seis dias do mês de Junho de dois mil e seis, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:-----

--- **Um**—APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO RESPEITANTE À CONSULTA PÚBLICA PARA ANTECIPAÇÃO DAS RECEITAS DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA EM BAIXA TENSÃO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM. -----

--- **Três**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E SEIS. -----

--- **Quatro**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA LISTA DE CANDIDATOS AO CARGO DE JUÍZES SOCIAIS PARA O BIÉNIO DOIS MIL E SEIS/DOIS MIL E OITO.-----

--- **Cinco**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO DA CONSTRUÇÃO DA VARIANTE À EN3 (PORTELA DAS PADEIRAS). -----

--- **Seis**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA RESPEITANTE AOS TERMOS DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS – “OBRAS DE ARTE”. -----

--- **Sete**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NO LUGAR DE SACAPEITO, FREGUESIA DE MARVILA, NESTA CIDADE. -----

--- **Oito**—COMISSÃO CONSULTIVA DE TRÂNSITO – NOMEACÃO DE

REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

--- **Nove**—COMISSÃO DE TOPONÍMIA – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

--- **Dez**—AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO, PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO TEATRO SÁ DA BANDEIRA. -----

--- **Onze**—AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO, PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DA CAFETARIA DO JARDIM DO VALE DE SANTARÉM.-----

--- **Doze**—APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

---O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Ana Raquel da Costa Mateiro, Carla Patrícia Lopes Neto, Carlos Manuel Luís Catalão, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, João Miguel da Silva Lucas, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Filipe Piedade Valente, Luís Miguel da Conceição Piedade, Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia, Maria Helena Gaspar da Fonseca, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe Pedro de Oliveira Soares Malaca, Ricardo Jorge Batista Filipe, Vicente Carlos Flor Batalha e Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----
Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Vítor Manuel de

Almeida Garcia Alves (Almoster), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Diamantino Carvalho Vicente (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar (Santa Iria da Ribeira de Santarém), Vítor Manuel de Sousa Varajão (S. Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Carlos António Marçal (Marvila), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paul), Diamantino Cordeiro Duarte (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros) e José António Guedes Coelho Aniceto (Várzea).-----

--- Justificaram as suas ausências:-----

--- Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Miguel Moura Pires, Leonel de Matos Martinho do Rosário, José Ilídio da Fonseca Freire – Presidente da Junta de Freguesia de Abitureiras, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja – Presidente da Junta de Freguesia de Moçarria e George Nuno Dias de Moura Nunes d' Almeida – Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santarém. -----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, os senhores Helder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo (PSD), João Luís Madeira Lopes (CDU), Pedro Nuno Pimenta Braz (PS) e a senhora Idália Maria Marques de Menezes Salvador Serrão Moniz (PS). -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Ramiro José Jerónimo de Matos, Manuel António dos Santos Afonso, Mário José Rodrigues dos Santos, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, Maria Luísa Raimundo Mesquita e Lúcia Corujo Reis Batalha.-----

--- Ausências:-----

--- Henriqueta da Graça Pereira Carolo. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, informando que o senhor Luís Miguel da Piedade Valente, eleito pela lista do PSD, pediu a suspensão do seu mandato por motivos profissionais, pelo período de seis meses, sendo substituído pela senhora **Carla Patrícia Lopes Neto** que vinha substituindo a senhora Fernanda Azoia que hoje retomou o seu lugar neste órgão. -----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** submetendo a discussão e votação a Acta número seis/dois mil e seis, referente à Sessão Ordinária de Abril.-----

--- Usou da palavra a senhora **Ana Marta Rodrigues** para solicitar duas alterações ao texto da acta, respeitante às suas intervenções. -----

--- Submetida a votação a acta número seis/dois mil e seis, com as alterações apresentadas, foi a mesma **aprovada por maioria**, com uma abstenção.-----

--- Pelo senhor **Luís Almeida** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “Abstive-me por considerar que a presente acta é omissa em relação a alguns aspectos das intervenções do PS, nomeadamente das minhas”. -----

--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia** tendo sido dada a palavra ao senhor **José Gandarez** que referiu que esta Assembleia também se deveria preocupar o possível encerramento da Opel na Azambuja, tendo em conta que muitos dos seus trabalhadores residem no concelho de Santarém, sugerindo ao Executivo, caso assim o entenda, para reunir com a comissão de trabalhadores a fim de se inteirar da situação em concreto. -----

--- A seguir, interveio a senhora **Dúnia Palma** lembrando que o PS entregou à Mesa da Assembleia um requerimento em que solicitava a anexação à Informação Escrita do Presidente da Câmara da actividade dos senhores vereadores, apelando ao senhor Presidente da Assembleia para recomendar ao Executivo o cumprimento do solicitado no referido requerimento. -----

--- Salientou o sentimento de respeito e gratidão que centenas de cidadãos puderam testemunhar na Igreja de Marvila ao senhor Padre Manuel Francisco Borges, durante as

comemorações do quinquagésimo aniversário do seu sacerdócio, sublinhando que a sua intervenção social, através das unidades que integram o Centro Social Interparoquial de Santarém, têm contribuído de forma significativa para o desenvolvimento da região, quer no plano da resposta social, quer no plano do emprego.-----

--- Endereçou os seus parabéns à população do concelho, em particular à do Vale de Santarém, por dispor de um novo equipamento de lazer que muito valoriza a freguesia e aumenta a auto estima dos seus habitantes.-----

--- Considerou que a aposta do PS foi ganha, gizando o Jardim do Vale de Santarém sendo justo que se reconheça também o esforço dos actuais responsáveis autárquicos por esta infra-estrutura de valia para o concelho.-----

--- Quis saber se o senhor Presidente da Câmara tem alguma informação disponível sobre a variante da Linha do Norte. Caso negativo, sugeriu que se questione o Governo, pois, no seu entender, a cidade não pode perder um investimento desta natureza, quer em termos de comunicação, quer na sua ligação ao Rio Tejo. -----

--- Depois, o senhor **Vicente Batalha** referindo que alguns sectores de opinião da nossa cidade têm tentado manter na agenda política a questão do Teatro Rosa Damasceno. Como cidadão e político, afirmou ter tomado diversas posições relativamente a esta matéria, lembrando que no último mandato teve a oportunidade de propor a realização de uma sessão extraordinária, a qual se realizou no Teatro Taborda e que teve como ponto único da ordem de trabalhos o Teatro Rosa Damasceno.-----

--- Sublinhou que teve sempre consciência das dificuldades políticas e financeiras que o desperdiçar de oportunidades e o adiar deste processo acrescentavam e sabia que, no interior da própria Câmara, havia opiniões contrárias embora nunca expressas de forma clara. Sublinhou que aquilo que sempre criticou e lamentou foi a falta de clareza do Município neste processo. -----

--- Considerou que a degradação do Teatro é uma ferida aberta no seio da cidade, que a todos envergonha, salientando que preconiza para aquele lugar um espaço de múltipla utilização, que precavesse a existência de uma sala com uma capacidade entre os duzentos lugares do Teatro Sá da Bandeira e os mais de dois mil lugares do auditório do

CNEMA, para oferta à actividade cultural existente na cidade. -----

--- Afirmou que gostaria de ver clarificada a posição do senhor Presidente da Câmara no tocante a esta matéria. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Vítor Alves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoster, referindo que gostaria de saber quais os critérios que foram definidos para o pagamento das dívidas que estão a ser efectuados aos empreiteiros, Juntas de Freguesia e colectividades do concelho. -----

--- Salientou que noventa por cento da área geográfica do concelho pertence às freguesias rurais, perguntando para quando a existência de um gabinete de apoio às freguesias que seja capaz de accionar as medidas de apoio directo que lhes são constantemente negadas. -----

--- Usou, depois, da palavra o senhor **Nuno Serra** referindo que na semana passada terminou mais uma Feira do Ribatejo que proporcionou que o nome de Santarém tivesse sido projectado em todo o País, considerando importante preservar este tipo de eventos em Santarém. -----

--- Referiu que quem teve a oportunidade de visitar a Feira este ano ficou perplexo em relação à situação em que a mesma se encontra, considerando que Santarém em termos culturais deve ter cada vez mais uma voz activa, questionando onde estão representadas as nossas tradições na Feira do Ribatejo. -----

--- Considerou que Santarém não pode ficar espoliada das suas tradições e do seu nome de referência devido a uma política das entidades promotoras que não têm como estratégia promover ou divulgar a cidade de Santarém. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Joaquim Lucas da Graça**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, que chamou a atenção para os actos de vandalismos que têm sido praticados na sua freguesia durante a noite, perguntando para quando está prevista a realização de uma reunião do Conselho Municipal de Segurança. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Abílio Ribeiro**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, referindo que as freguesias da cidade constituíram, finalmente, a Associação das Freguesias da Cidade de Santarém esperando que a mesma traga benefícios para a

população.-----

--- Manifestou publicamente, em nome da sua Junta de Freguesia, o agradecimento pela obra realizada pelo Padre Francisco Borges durante os cinquenta anos do seu sacerdócio em prol dos mais desfavorecidos.-----

--- Foi dada, depois, a palavra ao senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, que referiu que a população da sua freguesia se manifestou contra o encerramento de uma das pontes que atravessa a auto-estrada devido ao seu alargamento o que iria fazer com que Casével ficasse isolada a sul. Salientou que a referida manifestação fez a Brisa recuar nesta sua intenção.-----

--- Congratulou-se com a acção da Câmara Municipal de Santarém de levar as pessoas do concelho ao teatro.-----

--- Manifestou a sua preocupação e estranheza pelo encerramento das organizações locais de educação e formação de adultos, decretada pelo Ministério de Educação, sublinhando que esta organização visava a população com menos recursos para completar a escolaridade básica.-----

--- Referiu que o Executivo tem cumprido cabalmente as suas promessas de campanha relativamente às Juntas de Freguesia, nomeadamente em termos do pagamento dos duodécimos.-----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que informou que a reunião do Conselho Municipal de Segurança será convocada durante a última quinzena do mês de Setembro.-----

--- Prestou esclarecimentos no tocante ao Teatro Rosa Damasceno, referindo que nesta altura decorre um processo no Tribunal estando a Câmara a aguardar uma decisão do Supremo.-----

--- Referiu que a Autarquia não dispõe de capacidade financeira para se apropriar administrativamente do imóvel, considerando que o Teatro, devido à sua localização, está condenado enquanto sala de espectáculos.-----

--- Quanto ao traçado da Linha do Norte, solicitou para que não seja tomada, hoje, qualquer decisão sobre esta matéria de modo a não prejudicar as negociações que estão a

decorrer. -----

--- No tocante ao encerramento da Opel referiu que irá realizar-se na próxima quinta-feira uma manifestação dos trabalhadores da Azambuja convidando todos os deputados municipais a estarem presentes. -----

--- Referiu não compreender o discurso do senhor Vítor Alves, perguntando o que é que tem sido dado às outras freguesias e não tem sido dado a Almoester. -----

--- Usou da palavra novamente o senhor **Vítor Alves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, clarificando o que disse na sua anterior intervenção, sublinhando que a maioria das freguesias rurais vêm constantemente negada a possibilidade de corresponderem às legítimas expectativas da sua população, dado que não lhes são dadas as ajudas esperadas por parte da Câmara Municipal. -----

--- Esgotado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.** -----

--- Interveio o senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, solicitando ao senhor Presidente da Câmara para estipular uma data relativamente ao período a que os relatórios dizem respeito, de modo a não haver disparidade em relação à data dos mesmos. -----

--- A seguir, usou da Palavra o senhor **José Luís Cabrita** que felicitou a Câmara pelos trabalhos de limpeza e desmatação de alguns locais da cidade, esperando que este trabalho prossiga. -----

--- Solicitou esclarecimentos em relação ao processo da “Empresa Águas do Ribatejo” lembrando que, na última sessão da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara ficou de fazer chegar a este órgão uma informação escrita sobre esta matéria. -----

--- Perguntou que medidas foram tomadas em relação aos estabelecimentos que estão a funcionar sem as respectivas licenças. -----

--- Solicitou que a Informação Escrita seja acompanhada da relação referente aos

concursos públicos e ajustes directos que foram realizados, em vez do montante dos mesmos. -----

--- Felicitou a Autarquia pelo trabalho realizado na formação, perguntando quais as medidas tomadas de modo a implementar os conhecimentos adquiridos durante a referida formação.-----

--- Concluiu, questionando que medidas estão a ser tomadas com vista à recuperação do Jardim das Portas do Sol. -----

--- Interveio, depois, o senhor **Francisco Madeira Lopes** lamentando que alguns dos relatórios respeitantes à presente Informação Escrita tivessem sido entregues no decorrer desta sessão.-----

--- Solicitou esclarecimentos quanto à regularização da Ribeira de Alfange, perguntando se a obra adjudicada corresponde à totalidade do projecto e qual a previsão para a conclusão da referida obra. -----

--- Congratulou-se com a entrega da petição sobre o Alviela que amanhã irá ser efectuada na Assembleia da República.-----

--- Usou da palavra, seguidamente, o senhor **Vicente Batalha** que pediu esclarecimentos sobre as habitações sociais. -----

--- Quis saber qual o ponto de situação de funcionamento das ETARs.-----

--- Deu conta de que a situação do Mouchão Parque é cada mais preocupante considerando que se está na altura de intervir neste local.-----

--- Perguntou qual o ponto de situação do pagamento dos subsídios às colectividades que são fundamentais para o funcionamento das mesmas. -----

--- Concluiu, solicitando que seja dada uma ajuda, pelo Executivo Municipal, em forma de agradecimento ao Padre Borges, no arranjo da Capela do Cemitério dos Capuchos. ---

--- Foi dada a palavra à senhora **Fernanda Azoia** que se congratulou com as actividades culturais levadas a efeito pela Câmara Municipal de Santarém nos últimos anos.-----

--- Apresentou os seus parabéns ao senhor Presidente da Câmara pela forma como tem conduzido o processo das “Águas do Ribatejo” considerando o comunicado bastante esclarecedor. -----

--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **José Gandarez** que destacou ter sido constituída uma comissão para a criação da Sociedade Reabilitação Urbana, lamentando que apenas estejam reunidas condições para a criação de uma empresa municipal, lamentando que a oposição não permita que o PSD cumpra o seu programa eleitoral.-----

--- Depois, o senhor **Luís Almeida** considerou que o PSD não pode obrigar os outros partidos a concordar com todas as suas propostas, referindo que a posição do PS, relativamente às empresas municipais, tem sido muito clara desde o princípio. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Vítor Varajão**, Secretário da Junta de Freguesia de S. Nicolau, que se congratulou com a participação do Executivo Municipal no passeio cicloturístico realizado pela Escola dos Leões. -----

--- De seguida, tomou a palavra o senhor **Carlos Catalão** salientando que na Informação Escrita não vem qualquer referência em relação aos Planos Municipais e ao Gabinete Florestal.-----

--- Questionou qual o ponto de situação relativamente ao funcionamento da Comissão de Defesa das Floresta contra Incêndios. -----

--- Usou da palavra, depois, a senhora **Ana Marta Rodrigues** referindo ser uma questão breve, mas que considera muito importante, já que se prende com o ambiente, mas também com a saúde pública, que tem a ver com o esgoto que continua a correr a céu aberto em São Domingos, perguntando para quando a regularização deste grave problema. -----

--- A seguir, no uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** estranhou o silêncio do Partido Socialista no tocante às “Águas do Ribatejo” depois de tudo ter sido dito sobre ele próprio em relação a este assunto. -----

--- Quanto ao licenciamento dos estabelecimentos, referiu ser uma questão que levará o seu tempo a regularizar. -----

--- Considerou que vale a pena ir ver e ouvir, no próximo dia quatro de Julho, o Professor Nunes da Silva sobre o planeamento da cidade de Santarém, convidando todos os deputados municipais a estarem presentes. -----

--- Quanto às obras do Alfange, referiu que aquela intervenção é da responsabilidade do

INAG, no entanto, a Câmara está e envidar esforços para que as obras não parem uma vez que aquele projecto também tem a ver com a consolidação das barreiras. -----

--- No tocante ao Alviela, salientou ser com muito prazer que irá entregar amanhã, em mão, conjuntamente com o senhor Firmino Oliveira, Presidente da Comissão do Alviela, a petição sobre o Alviela ao senhor Presidente da Assembleia da República. -----

--- Relativamente à habitação social, informou que no próximo dia um de Julho irão ser lançados os respectivos concursos públicos para resolver de vez o problema dessas habitações que foram construídas sem saneamento básico. -----

--- Esclareceu que a Câmara tem vindo a pagar ao movimento associativo conforme a sua disponibilidade de tesouraria, esperando que seja aprovada a antecipação de receitas que irá resolver alguns problemas financeiros mais prementes da Autarquia. -----

--- Afirmou ser sua intenção levar a reunião de Câmara as empresas municipais para que a mesmas sejam discutidas abertamente.-----

--- Quanto ao esgoto de São Domingos, referiu que o mesmo foi descoberto, há cerca de três semanas, durante as obras da ponte, salientando que o Executivo está empenhado em resolver aquele problema rapidamente. -----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Luís Almeida** referindo o Partido Socialista só irá falar sobre as “Águas do Ribatejo” no momento que considerar oportuno, lembrando que o senhor Presidente da Câmara usou, em determinados fóruns e nesta Assembleia, um discurso, no seu entender, pouco correcto em relação a antigos vereadores do PS. -----

--- Depois, o senhor **Carlos Catalão** lembrou que não fazia sentido estar a aflorar de novo o assunto das “Águas do Ribatejo” depois daquilo que já se passou. -----

--- Salientou que aquilo a que agora se assiste é apenas a venda de terrenos no Campo Emílio Infante da Câmara para a construção da sede da referida empresa. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para solicitar que aquilo que foi dito fique registado em acta, nomeadamente a questão da venda de terrenos.-----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Vereador Mário Santos** que clarificou a propósito de uma notícia vinda a público, sobre o desaparecimento de processos dos Bombeiros Municipais de Santarém e da Comissão de Defesa da Floresta, que,

praticamente, todos os elementos já foram recuperados, acrescentando que em termos de operacionalidade as questões estão normalizadas-----

---Por último, usou da palavra o senhor **Vereador Ramiro Matos** que prestou esclarecimentos no tocante ao processo das “Águas do Ribatejo” salientando que o então Presidente da Câmara mais não fez do que aderir a um contrato que já estava feito por todos sem terem sido negociadas contrapartidas nem mais valias para Santarém, lembrando que o anterior Executivo levou cerca de nove meses a levar de novo este assunto a reunião de Câmara depois das propostas apresentadas pelo PSD.-----

---Referiu que as dívidas às Juntas de Freguesia irão ser pagas com o processo de antecipação de receitas que hoje vem aqui a votação.-----

---Informou que os relatórios distribuídos hoje dizem respeito apenas aos senhores Vereadores e nada tem a ver com a Informação Escrita do senhor Presidente da Câmara que decorre da Lei.-----

---Após alguma troca de impressões foi encerrado este ponto o qual não carece de votação.-----

---**PONTO DOIS – PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO RESPEITANTE À CONSULTA PARA ANTECIPAÇÃO DAS RECEITAS DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA EM BAIXA TENSÃO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.**-----

---Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

---“Dando sequência à deliberação camarária de vinte e nove de Maio último, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da Proposta de Adjudicação referente à Consulta Pública para Antecipação das Receitas do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Santarém, nos termos do artigo sessenta e quatro, número seis alínea a), da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

---Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Adjudicação Respeitante à Consulta Pública para**

Antecipação das Receitas do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Santarém, nos termos da alínea a), do número seis, do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- PONTO TRÊS – REVISÃO AO ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E SEIS. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e nove de Maio de dois mil e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da **Proposta de Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Santarém para dois mil e seis**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a ausência de intervenientes, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Santarém para dois mil e seis**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- PONTO QUATRO – LISTA DE CANDIDATOS AO CARGO DE JUÍZES SOCIAIS PARA O BIÉNIO DOIS MIL E SEIS/DOIS MIL E OITO. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e nove de Maio de dois mil e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da **Lista de Candidatos ao Cargo de Juízes Sociais para o biénio de dois mil e seis/dois mil e oito**, nos termos do disposto no artigo trinta e seis, do Decreto-Lei número cento e cinquenta e seis/setenta e oito, de trinta de Junho, e da alínea r), do número um, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi

dada pela Lei cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a ausência de intervenientes, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Lista de Candidatos ao Cargo de Juizes Sociais para o biénio de dois mil e seis/dois mil e oito**, nos termos do disposto no artigo trinta e seis, do Decreto-Lei número cento e cinquenta e seis/setenta e oito, de trinta de Junho, e da alínea r), do número um, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco–A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO CINCO – PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO DA CONSTRUÇÃO DA VARIANTE À ESTRADA NACIONAL TRÊS (PORTELA DAS PADEIRAS)**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Junho de dois mil e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia a apreciação e votação da proposta de declaração de interesse público para a região, do Projecto “Variante à Estrada Nacional três – Lanço entre a variante à Estrada Nacional cento e catorze e a Estrada Nacional três (Portela das Padeiras)” apresentado por EP – Estradas de Portugal, E.P.E., nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **Vítor Pinto da Rocha** congratulando-se com a resolução deste problema de grande importância para a população da Portela das Padeiras e para quem ali necessita de passar diariamente. -----

--- Aproveitou para referir a necessidade de ser construída a variante ao Vale de Santarém, esperando que este assunto seja trazido brevemente a esta Assembleia. -----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Abílio Ribeiro**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, que manifestou o seu regozijo pelo lançamento do concurso público com vista à apresentação de propostas para a construção da variante à Portela das Padeiras. ---

--- Dada a ausência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu

a votação a **Proposta de Declaração de Interesse Público da Construção da Variante à Estrada Nacional três (Portela das Padeiras)**, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- Pelo senhor **Aires Lopes** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “Votei a favor desta proposta porque, como já referi anteriormente, quem sai beneficiado é sobretudo a população”.-----

--- **PONTO SEIS – PROPOSTA RESPEITANTE AOS TERMOS DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS – OBRAS DE ARTE**.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência às deliberações camarárias de vinte de Fevereiro e seis de Março de dois mil e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia a apreciação dos **Termos de Doação de Bens Móveis – Obras de Arte**, efectuados a favor deste Município, a fim de serem apreciados os valores constantes dos mesmos, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Após uma breve troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta respeitante aos **Termos de Doação de Bens Móveis – Obras de Arte**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com uma abstenção.-----

--- **PONTO SETE – PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NO LUGAR DE SACAPEITO, FREGUESIA DE MARVILA, NESTA CIDADE**.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Na sequência da deliberação camarária de vinte e seis de Abril de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia para apreciação e votação a desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de trezentos e trinta metros quadrados (dois pisos abaixo do solo), sita no lugar de Sacapeito, Freguesia de Marvila, nesta cidade, nos termos da alínea b), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a ausência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Desafecção do Domínio Público para o Domínio Privado da Câmara Municipal de uma Parcela de Terreno, Sita no Lugar de Sacapeito, Freguesia de Marvila, Nesta Cidade**, nos termos da alínea b), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO OITO – COMISSÃO CONSULTIVA DE TRÂNSITO – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**. -----

--- Para integrar a Comissão acima referida foi apresentada, pelos respectivos partidos com assento nesta Assembleia, uma proposta indicando os seguintes elementos: -----

--- **Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida (PS), Afonso Martins Nazaré (CDU), Luís Maria Severino Arrais (PSD), Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes (CDS-PP) e Pedro de Oliveira Soares Malaca (BE)**. -----

--- Submetida a votação a proposta em epígrafe, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO NOVE – COMISSÃO DE TOPONÍMIA – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**. -----

--- Para integrar a Comissão acima referida foi apresentada, pelos respectivos partidos com assento nesta Assembleia, uma proposta indicando os seguintes elementos: -----

--- **Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha (PS), Rosalina Melro (CDU), Maria Helena Gaspar da Fonseca (PSD), Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes (CDS-PP) e Pedro de**

Oliveira Soares Malaca (BE).-----

--- Submetida a votação a proposta em epígrafe, foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

--- PONTO DEZ – AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO, PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO TEATRO SÁ DA BANDEIRA. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Junho de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da abertura de procedimento Concessão do Direito de Exploração do Bar do Teatro Sá da Bandeira, nos termos do artigo cinquenta e três, número dois, alínea q), da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio a senhora **Carla Neto** congratulando-se com a preferência dada aos jovens, entre os dezoito e os trinta e cinco anos, para a atribuição da concessão da exploração do Bar do Teatro Sá da Bandeira e da Cafeteria do Jardim do Vale de Santarém, considerando ser uma discriminação positiva. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Autorização para Abertura do Procedimento do Concurso Público, para Concessão do Direito de Exploração do Bar do Teatro Sá da Bandeira,** nos termos da alínea q), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

--- PONTO ONZE – AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO, PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DA CAFETERIA DO JARDIM DO VALE DE SANTARÉM. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Junho de dois mil e seis,

cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da abertura de procedimento Concessão do Direito de Exploração da Cafetaria do Jardim do Vale de Santarém, nos termos do artigo cinquenta e três, número dois, alínea q), da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Autorização para Abertura do Procedimento do Concurso Público, para Concessão do Direito de Exploração da Cafetaria do Jardim do Vale de Santarém**, nos termos da alínea q), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- **PONTO DOZE – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.----**

--- Pela CDU foi apresentada a seguinte Moção:-----

--- “Um–Foi apresentado pelo Governo, na passada segunda-feira dezanove de Junho, em reuniões feitas com a ANMP e com a ANAFRE, e com a inclusão do texto respectivo no portal do Governo (www.portugal.gov.pt), a nova proposta de Lei das Finanças Locais.-----

--- Dois–Vivendo-se, hoje, uma situação concreta em que as transferências do Orçamento de Estado para as autarquias locais têm vindo a perder peso gradualmente (aquando da aplicação da primeira Lei das Finanças Locais, em mil novecentos e oitenta, o volume das transferências para as autarquias andava pelos dois vírgula três por cento do PIB e actualmente é de um vírgula sete por cento) e em que o total das transferências é de apenas sete por cento da receita fiscal do Estado, faria sentido que a actual Lei (Lei quarenta e dois/noventa e oito) fosse revista.-----

---Reforçando significativamente a capacidade financeira que as autarquias têm perdido nos últimos anos;-----

---Reforçando o pendor redistributivo da Lei, dando resposta concreta à necessária coesão entre municípios e freguesias;-----

---Reforçando a própria Lei das Finanças Locais, não permitindo que a mesma seja manipulada nas diferentes conjunturas políticas, financeiras e económicas por cada Governo, no âmbito dos Orçamentos de Estado.-----

---Três--Porém, o que consta da proposta agora apresentada pelo Governo, não visa nenhum destes objectivos.-----

---Quatro--Sem ser ainda possível uma análise detalhada da proposta, é, contudo, evidente que a mesma apresenta eixos convergentes no ataque à autonomia das autarquias, em particular à sua autonomia financeira, expressos na:-----

---Redução do montante do financiamento dos municípios pela diminuição de trinta vírgula cinco por cento para vinte e cinco por cento da média aritmética do IRS, IRC e IVA (que corresponderá a um corte de cerca de quatrocentos e sete milhões de euros, muito longe de serem compensados pelos cerca de cento e trinta e um milhões que correspondem à nova participação de dois por cento do IRS cobrado em cada município (ver artigo décimo nono);-----

---Redução para menos de metade do limite máximo de derrama municipal sobre o IRC (ver artigo décimo quarto);-----

---Limitação insustentável da capacidade de endividamento dos municípios (ver artigo trigésimo sétimo);-----

---Reposição dos mecanismos de financiamento consignado através da criação de um novo fundo – Fundo Social Municipal – de valor reduzido (cento e quarenta milhões de euros), inteiramente afecto ao exercício de novas competências unilateralmente impostas (ver artigo vigésimo quarto);-----

---Criação de diversos mecanismos de tutela preventiva e de sanções administrativas, intervenção directa do governo na gestão por via da declaração de desequilíbrio financeiro estrutural, consagração da transferência avulsa de novas competências, integral subordinação da Lei das Finanças Locais às Leis do Orçamento de Estado e do enquadramento orçamental, impossibilitando a gestão autónoma e responsável a prazo de

mais do que um ano, parecendo quererem transformar as autarquias em meros serviços desconcentrados da Administração Central.-----

--- **A Assembleia Municipal de Santarém, reunida em Sessão Ordinária, em vinte e seis de Junho de dois mil e seis, delibera:** -----

--- **Um**–Manifestar o seu desagrado com os princípios lesivos do Poder Local Democrático que enformam a proposta da nova Lei das Finanças Locais agora apresentada pelo Governo, que vindo ao arpejo do que seria necessário, virá, no caso de ser aprovada tal como se encontra, a empobrecer fortemente a autonomia administrativa e financeira das autarquias locais, isto é, a democracia em Portugal. -----

--- **Dois**–Reclamar da Assembleia da República que, correspondendo às justas reivindicações das autarquias e às mais sentidas aspirações das populações promova o debate preparatório da Lei das Finanças Locais que permita que o novo texto a aprovar pela Assembleia elimine os aspectos negativos a que a proposta do Governo deu acolhimento, e que venha a possibilitar a atribuição de mais meios e de maior autonomia ao Poder Local Democrático, reforçando a sua capacidade de intervenção e de participação na resolução dos problemas com que o país se debate.”.-----

--- Interveio o senhor **Eugénio Pisco** para fazer a apresentação da Moção, sublinhando que a mesma visa reclamar junto da Assembleia da República medidas que possam reforçar os meios e as competências para as Autarquias na garantia da autonomia do Poder Local.-----

--- Depois, usou da palavra o senhor **José Gandarez** salientando que o PSD concorda com o conteúdo da Moção apresentada, não fazendo sentido estar a defender a descentralização de competências desde que as mesmas não sejam acompanhadas das respectivas verbas. -----

--- Solicitou esclarecimentos em relação ao ponto quatro, no que se refere à redução global do montante de financiamento.-----

--- Tomou a palavra, a seguir, **Carlos Catalão** para referir que o PS não votará favoravelmente esta Moção porque a considera extemporânea dado que a proposta de Lei ainda está a ser discutida com os parceiros envolvidos nesta matéria, nomeadamente a

ANMP e a ANAFRE.-----

--- Interveio novamente o senhor **Eugénio Pisco** prestando breves esclarecimentos no tocante ao número quatro da Moção, referindo que, segundo as contas da ANMP, duzentos e sessenta e um municípios seriam afectados, apenas quarenta e sete iriam tirar benefício desta medida uma vez que o valor cobrado de IRS varia muito de município para município.-----

--- Referiu que em seu entender a Moção não é extemporânea, dado que os municípios devem marcar, desde já, uma posição em defesa da autonomia das autarquias locais que está seriamente ameaçada com esta proposta.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Moção** acima transcrita, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e cinco votos a favor, zero votos contra e quinze abstenções.-----

--- Pelo grupo do PSD foi apresentada a seguinte Moção:-----

--- “Considerando que:-----

--- a) O Centro Nacional de Exposições (CNE) é um espaço estratégico fundamental para o desenvolvimento do concelho de Santarém;-----

--- b) A transferência da organização da Feira do Ribatejo (quincuagésima terceira edição) e da Feira Nacional da Agricultura (quadragésima terceira edição) para o CNEMA, S. A., aumentou as responsabilidades desta sociedade comercial para com o município de Santarém, uma vez que os referidos eventos se confundem com a imagem e nome de Santarém, sendo essenciais na projecção da cidade no exterior e capitais na defesa da entidade e tradições Ribatejanas;-----

--- c) O Município de Santarém é accionista do CNEMA, S.A.;-----

--- d) Se impõe fazer um balanço das relações institucionais e societárias entre a empresa CNEMA, S. A. e o município de Santarém.-----

--- Vem a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia vinte e seis de Junho de dois mil e seis, deliberar a convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária, a ter lugar no prazo máximo de cem dias, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- **Ponto único: Análise e balanço das relações institucionais e societárias entre o município de Santarém e a sociedade CNEMA, S. A.**” -----

--- Usou da palavra o senhor **José Gandarez** que considerou ser importante realizar um debate sobre as relações institucionais e societárias entre o CNEMA e o Município de Santarém. -----

--- Depois, o senhor **Vicente Batalha** referiu que a CDU irá votar favoravelmente esta Moção, considerando haver muito para falar sobre o CNEMA desde a sua constituição. -

--- A seguir, tomou a palavra o senhor **Carlos Catalão** considerando que a Moção vem em boa altura, sublinhando que aquele espaço está subaproveitado. -----

--- Usou da palavra, de seguida, o senhor **Luís Almeida** referindo que o Partido Socialista apoia esta Moção lembrando que desde sempre o PS esteve empenhado no bom funcionamento do CNEMA. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a **Moção** em epígrafe a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Depois, foi apresentada pelo senhor **Carlos Catalão**, da bancada do PS, a seguinte Proposta:-----

--- “Os graves incêndios que, de uma forma cíclica têm todos os anos vindo a afectar o País, levam-nos a propor um debate no âmbito desta Assembleia em sessão extraordinária, a realizar em Amiais de Baixo uma das freguesias com maior densidade florestal do concelhos. -----

--- Para além da análise da recente legislação que tem vindo a enquadrar a problemática da defesa da floresta, pretende-se sensibilizar os proprietários florestais para uma actuação mais activa na manutenção do seu património. -----

--- Pretende-se alertar as várias entidades e populações para a diminuição de comportamentos de risco, bem como na incrementação das boas práticas na fileira florestal. -----

--- Propõe-se ainda que sejam convidadas as entidades que actuando no sector quer na prevenção quer no combate aos incêndios possam enriquecer o debate com o seu contributo (DGRF, GNR, SNBPC, ICN, Associações Produtores Florestais, etc.) por

exemplo”. -----

--- Interveio o senhor **Carlos Catalão** sugerindo, após ter consultado os representantes dos partidos políticos, que a sessão extraordinária da Assembleia seja realizada em Alcanede e não em Amiais de Baixo, como está mencionado na proposta, salientando já ter obtido a concordância do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcanede.-----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta em epígrafe, com a alteração sugerida, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Interveio o senhor **Vicente Batalha** fazendo a apresentação do seguinte Voto de Pesar:-----

--- “Mário Ventura Henriques, escritor e jornalista, faleceu a dezasseis de Junho, com setenta anos. Natural de Lisboa, considerava-se totalmente ribatejano, com família em Vale de Figueira e São Vicente do Paúl. Fez o liceu em Santarém, no Sá da Bandeira. Numa entrevista ao semanário *O Mirante*, em mil novecentos e noventa e oito, afirmou a José do Carmo Francisco, “mantenho essa proximidade e até trabalhei essas raízes nos meus livros”.-----

--- Quando do *Vinte e Cinco de Abri*, era um dos presos políticos no Forte de Caxias, donde foi libertado pelos militares do MFA.-----

--- Foi Presidente da Associação Portuguesa de Escritores, e a sua obra *Vida e Morte dos Santiagos*, de mil novecentos e oitenta e cinco, foi distinguida com os Prémios Município de Lisboa e Pen Clube Português, que voltaria a ganhar, em mil novecentos e noventa e dois, com *Évora e os Dias da Guerra*.-----

--- Enquanto jornalista, passou pelas redacções do Diário Popular, Diário de Notícias e Seara Nova, tendo fundado o Extra. Foi responsável pela edição portuguesa da revista espanhola *Câmbio 16*. -----

--- A sua paixão pelo cinema leva-o a criar, em mil novecentos e oitenta e quatro, o FESTRÓIA – Festival Internacional de Cinema. -----

--- Em face do exposto, propõe-se que:-----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, reunida em Sessão Extraordinária, a vinte e

seis de Junho de dois mil e seis, delibera:-----
--- *Expressar um Voto de Pesar pela sua morte e enviar à sua família sentidas condolências.*”.-----
--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação o Voto de Pesar em epígrafe, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----
--- Pela Mesa da Assembleia Municipal foi apresentado o seguinte Voto de Pesar:-----
--- “A Assembleia Municipal de Santarém reunida em sessão ordinária no dia vinte e seis de Junho de dois mil e seis, manifesta o seu mais sentido pesar pelo falecimento da Dr.^a Mariana Ginestal Machado.-----
--- Figura ímpar de mulher evidenciou, em todos os momentos de uma existência plena, uma enorme coerência e inteireza radicadas na profundidade de convicções antigas e partilhadas no seio de uma vivência familiar muito intensa.-----
--- Firmeza de convicções que conciliou sempre com um profundo sentido de abertura ao outro, à diferença, numa afirmação constante de uma tolerância autêntica e profunda baseada no afecto, no respeito.-----
--- Mulher de sensibilidade e cultura refinadíssimas colocou toda essa riqueza interior ao serviço dos outros, em particular dos seus alunos, de todos os seus alunos, que guardam dessa partilha uma lembrança inesquecível, afectuosa e, sobretudo, comovida e grata.----
É a cidadã comprometida na defesa dos seus ideais, a professora atenta e solidária e, sobretudo, a mulher única e inteira que esta Assembleia pretende homenagear curvando-se respeitosamente perante a sua memória e apresentando a toda a sua família as mais sentidas e respeitadas condolências”.-----
--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação o Voto de Pesar em epígrafe, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----
--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco–A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Três, Quatro, Cinco, Seis, Sete, Oito, Nove, Dez, Onze e**

Doze tendo sido **aprovados por unanimidade**.-----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou por ausência de oradores.-----

--- Eram vinte e duas horas quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia.-----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi.-----

-----**O PRESIDENTE**-----